

Reformas avançam no Senado

Emenda da Previdência pode ser promulgada ainda esta semana

Votação da paralela deve começar no próximo domingo

Plenário examina na quinta-feira, em 1º turno, texto da tributária



José Cruz

■ Semana é decisiva para as duas propostas de emenda constitucional

Esta semana será decisiva para as reformas. Amanhã, o Plenário deve realizar a última votação da proposta principal da Previdência, permitindo sua promulgação logo em seguida. No próximo domingo, pode ser votada, em primeiro turno, a emenda paralela da Previdência. E é provável que o Plenário examine na quinta, em primeiro turno, a reforma tributária.

PRIORIDADE Mercadante diz que Orçamento será votado até o dia 29. Renan garante o apoio do PMDB à emenda paralela da Previdência

Página 3

Simon homenageia o ex-presidente Goulart

Ao lembrar o transcurso, no sábado, dos 27 anos da morte de João Goulart, na Argentina, o senador Pedro Simon afirmou que ainda não foi escrita uma biografia que faça justiça ao ex-presidente da República. Segundo o parlamentar, até hoje não foi explicada direito a causa do faleci-

mento de Jango, como era conhecido. Simon assinou que, com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1964, Goulart só conseguiu assumir a Presidência graças à Campanha da Legalidade, movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Página 2



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Patrícia e Heloísa discordam da redução da maioria penal

Página 4

Augusto quer proteção para flora brasileira

O senador Augusto Botelho alertou para o fato de espécies tipicamente brasileiras estarem registradas no Japão como marcas daquele país. Ele mencionou, entre elas, o cupuaçu, a andiroba, a copaíba e o açaí. Em consequência, segundo o parlamentar, o país está proibido de usar esses

nomes em produtos vendidos no exterior. Para solucionar o problema da biopirataria, Augusto cobrou regulamentação do acesso aos recursos genéticos do Brasil. A seu ver, também é preciso dotar as universidades de meios necessários para estudar propostas de patentes.

Página 2

Fotos: Célio Azevedo



URGÊNCIA João Ribeiro pede imediata votação do projeto pela Câmara dos Deputados

Ribeiro cobra implantação da nova Sudam

A votação, em caráter de urgência urgentíssima, do projeto de lei que recria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi defendida ontem, em discurso no Plenário, pelo senador João Ribeiro (PFL-TO).

O parlamentar fez apelo ao presidente do Senado, José Sarney, e aos líderes partidários na Casa para que convençam o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, a colocar a proposta na pauta de votação.

– Depois de decorridos praticamente quatro meses da cerimônia de lançamento da nova Sudam, o que temos de concreto é que essa agência de desenvolvimento, que nem sequer tem seu projeto votado na Câmara, em função do cancelamento da urgência pedida 15 dias depois da sua apresentação pela Presidência da República, articula e assim cumpre parte da sua missão, mas infelizmente não fomenta e deixa de realizar a parte mais importante da sua função maior.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou, em aparte, que João Paulo Cunha certamente atenderá ao apelo do representante tocantinense.

Simon lembra aniversário da morte de João Goulart

■ Senador afirma que causa do falecimento do ex-presidente, no interior da Argentina, nunca foi esclarecida

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou ontem, em Plenário, a passagem, no último sábado, dos 27 anos do falecimento de João Goulart, "o único ex-presidente brasileiro que morreu fora do país". Segundo o parlamentar, Jango, como também era conhecido, ainda não tem uma biografia que lhe faça justiça.

Para Simon, até hoje não se explicaram direito as condições



REAÇÃO Pedro Simon diz que Jango assumiu o poder graças à Campanha da Legalidade

da morte de João Goulart em sua fazenda na Argentina.

Ele destacou que o então vice-presidente só conseguiu tomar posse no cargo, após a

renúncia de Jânio Quadro, em 1964, graças à Campanha da Legalidade, empreendida pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o discurso de Simon. Também apartando, Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi a única do país que continuou funcionando durante o golpe militar de 1964.

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) assinalou que o governador de Goiás na época, Mauro Borges, também resistiu com coragem ao movimento militar.



DESVIO Augusto lembra que espécies típicas da Amazônia são registradas como japonesas

Augusto quer ação contra a biopirataria

Em pronunciamento ontem, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) alertou para os prejuízos causados pela biopirataria na Amazônia. Ele salientou que espécies tipicamente brasileiras como cupuaçu, andiroba, copaíba e açaí estão registradas no Japão como se fossem marcas daquele país. "A consequência mais funesta para o Brasil é o fato de o país estar proibido de usar os nomes dessas frutas em seus produtos vendidos no exterior."

Segundo o senador, falta ao Brasil uma regulamentação unificada que verse sobre o acesso aos recursos genéticos, defina as práticas passíveis de serem qualificadas como biopirataria e estabeleça sanções penais aos que se apropriarem, de forma indevida, de elementos da biodiversidade.

Para Augusto Botelho, além da legislação, é preciso dotar as universidades de recursos humanos e materiais para estudarem e prepararem propostas de patentes. Os quadros técnicos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) são, a seu ver, insuficientes para darem conta da demanda de pedidos de patentes. Também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deve ser prestigiado, na sua opinião, por ser o órgão responsável pela defesa da flora e da fauna.

Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmaram que a biopirataria não é problema que diz respeito somente à Amazônia, mas do Brasil inteiro.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o governo tem que intervir internacionalmente, para impedir que somente o Japão possa vender frutas brasileiras, por ser detentor de suas patentes na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos.

Agenda

Continua discussão da reforma da Previdência

O Plenário realiza hoje a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Os senado-

res concluíram a aprovação, em primeiro turno, no dia 27 de novembro. A previsão é que a proposta seja votada amanhã, no último dia de discussão.

Paim e Arns debatem estatuto do deficiente

Hoje, às 15h, no auditório do Interlegis, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PT-PR) – foto – participam de videoconferência sobre o projeto que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS nº 06/03). Paim é autor da proposição e Arns o relator. A videoconferência interligará 26 assembleias legislativas e o Distrito Federal. Perguntas podem ser enviadas, por e-mail, para paulopaim@interlegis.gov.br.



Conselho ouve dirigente de TV

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje, às 14h, para ouvir o presidente da Rede Record, Dennis Munhoz. Além disso, comissão do colegiado examina projeto sobre maior espaço na TV para programas regionais e alternativos.

Revisão de benefícios

A TV Senado exhibe hoje, às 13h30, entrevista com Sérgio Cabral e o coordenador do Juizado Especial Federal do DF, Flávio Dino, sobre a revisão de aposentadorias do INSS. Às 20h30, Rodolpho Tourinho fala sobre gás natural.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Waldemir Rodrigues



SITUAÇÃO Para Heráclito, crise financeira do Piauí não tem origem na atual administração

Heráclito Fortes diz que PT trata mal governador

Numa análise das dificuldades enfrentadas pelo governo petista do Piauí, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem que o Partido dos Trabalhadores está fazendo com o governador Wellington Dias, em termos administrativos, o mesmo que faz, em termos políticos, com o senador Paulo Paim (PT-RS) e a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

– Isso é esquecer toda uma luta juntos, é esquecer todo um passado, é esquecer toda uma história – protestou o senador.

Mesmo estando em “palanque diferente” daquele de Wellington, Heráclito Fortes disse que não podia deixar de defender um tratamento humano para o governador. Ele declarou que a crise financeira enfrentada pelo chefe do Executivo piauiense é grave e não tem origem em sua administração.

– É um processo pelo qual vários estados brasileiros passam, mas alguns já tiveram socorro de uma maneira ou de outra – salientou o senador Heráclito Fortes.

Orçamento deve ser aprovado até o dia 29

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), previu ontem que até o dia 29 será possível aprovar a proposta de reforma tributária, o projeto do Orçamento Geral da União para 2004 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/03, a PEC paralela da reforma da Previdência.

– Tenho certeza de que haverá con-

dições de cumprir todas as tarefas, porque iremos trabalhar todos os fins de semana até o dia 29. O orçamento é fundamental, porque sem ele o governo apenas poderia usar as verbas de custeio, sem investimentos, o que prejudicaria o crescimento do país – disse.

Mercadante prometeu ainda que o Congresso irá resolver o problema criado pela Medida Provisória

nº 135 para o setor de serviços. A MP acabou com a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ao longo de toda a cadeia produtiva, estabelecendo alíquota única de 7,6% para o produto finalizado. Com isso, foram beneficiados os produtos industrializados, mas a carga sobre os serviços ficou pesada.

Márcia Kallume



IMPOSTO Mercadante diz que Congresso Nacional vai buscar solução para Cofins

Semana decisiva para a votação das reformas constitucionais no Senado

■ As mudanças no sistema previdenciário serão votadas amanhã. Quinta-feira será a vez do texto da tributária

O Senado terá uma semana decisiva nas votações das reformas propostas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Amanhã, o Plenário fará a segunda e última votação da reforma da Previdência, o que permitirá sua promulgação em seguida pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Na quinta-feira, o Plenário poderá fazer a primeira votação da reforma tributária, conforme acordo firmado entre os partidos na sexta-feira passada. Pelo acordo, os partidos assinarão requerimento propondo dispensa de prazos entre a saída da reforma da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ) e sua chegada ao Plenário.

No próximo domingo, os senadores também poderão votar, em primeiro turno, a emenda paralela, que contém as modificações que o Senado vem fazendo na reforma do sistema previdenciário brasileiro.

Essa votação só será possível porque o presidente do Senado, José Sarney, convocou sessões extraordinárias no sábado e ontem, o que contou prazo para tramitação da proposta paralela de emenda à Constituição (PEC).

Nos dois próximos fins de semana deverá haver sessões extraordinárias para votação das reformas.

Ontem, 25 dos 81 senadores participaram da sessão extraordinária para discussão da emenda paralela, sendo que 13 fizeram pronunciamentos.

Com sete pontos principais, a PEC paralela prevê a volta da paridade salarial para os futu-

ros aposentados do serviço público (mesmos reajustes dos servidores da ativa), que foi retirada pela reforma da Previdência. Ela ainda permite que as donas-de-casa e os trabalhadores do mercado informal possam contribuir com alíquotas menores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, com isso, tenham direito à aposentadoria e a benefícios sociais, como licença-saúde e aposentadoria por invalidez.

Uma parte dos servidores dos executivos estaduais também será beneficiada pela PEC paralela. A reforma da Previdência determina que o subteto desses funcionários seja o vencimento dos governadores. Chefes de executivo de alguns estados chegam a ganhar menos que servidores de nível superior. Sem a mudança, esses funcionários teriam seus salários reduzidos.

A emenda concede 60 dias

para que o governador com baixo salário envie projeto à assembleia estadual, fixando qual será o salário de referência para o funcionalismo do seu estado.

Favorável

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), anunciou ontem, em entrevista, que os deputados do seu partido votarão a favor da proposta paralela da Previdência na Câmara dos Deputados.

– Não só o PMDB, mas também os outros partidos garantem a votação da emenda paralela. O próprio governo tem compromisso com uma rápida tramitação da PEC paralela – ressaltou.

Renan Calheiros afirmou que o PMDB não está mais pedindo convocação extraordinária do Congresso Nacional para votação da emenda paralela. “Quem vai decidir isso é o presidente da Câmara”, observou o senador.

Paim: PEC da Previdência deve ser aprovada antes do Natal

O senador Paulo Paim (PT-RS) garantiu ontem, em Plenário, que o Senado vai votar antes do Natal a reforma da Previdência (PEC nº 67/03) e a chamada emenda paralela (PEC nº 77/03), que contém as mudanças aceitas pelo governo.

– Vamos trabalhar nos fins de semana e restituir a paridade para os 750 mil servidores da ativa, vamos garantir uma regra de transição justa, e os idosos com doenças incapacitantes não vão pagar os 11% de contribuição – disse Paulo Paim.

O senador agradeceu a todos os lí-



Paim: “Vamos restituir a paridade dos servidores”

deres partidários e senadores que compareceram às sessões ocorridas nesse fim de semana, e especialmente ao presidente do Senado, José Sarney, que voltou de São Paulo, onde fazia tratamento de saúde.

Paim afirmou não ter dúvida de que a Câmara dos Deputados vai aprovar a PEC paralela.

– Nenhum deputado federal é burro ou imbecil para votar contra uma proposta que favorece os trabalhadores, depois de ter aprovado uma outra que impõe perdas.

Em apartes, Eurípedes Camargo (PT-DF) e Augusto Botelho (PDT-RR) elogiaram o pronunciamento de Paim.

Efraim quer compromisso do governo com emenda paralela

O senador Efraim Morais (PFL-PB) voltou a cobrar do governo, ontem, um compromisso efetivo com a aprovação da proposta de emenda paralela (PEC nº 77/03), que é resultado do acordo fechado no Senado Federal em torno das mudanças que não puderam ser incluídas na reforma da Previdência.

Efraim Morais comparou o texto principal da reforma da Previdência (PEC nº 67/03), já aprovado em primeiro turno, a uma medida provisória, porque entrará em vigor ainda neste ano, logo após a sua promulgação. Já a chamada emenda paralela ainda não



Efraim desafiou o governo a aprovar a PEC na Câmara

tem prazo definido para ser examinada, podendo ser votada somente em janeiro na Câmara dos Deputados, observou. “A agonia do funcionalismo não chegou ao fim, e o governo aprova o que quer porque tem maioria para isso”, lamentou. Ele desafiou o governo a conseguir a votação da PEC paralela ainda neste ano na Câmara.

O senador pediu a transcrição de outras matérias jornalísticas, entre elas a coluna assinada pela jornalista Teresa Cruvinel no jornal *O Globo*, intitulada “Lula e a classe média”, que mostra a perda de popularidade do presidente na classe média.

Para Mozarildo, só escola leva à democracia racial

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou ontem a revista *Época* desta semana por reportagem sobre a situação do negro no Brasil, com o



Mozarildo comentou artigo da revista *Época*

título "Classe média na raça". Baseada em pesquisas, a revista informa que "o número de negros na classe média dobrou em dez anos", no Brasil.

Para Mozarildo, olhando a experiência

de outros países, fica claro que só com investimentos em educação o Brasil "chegará à verdadeira democracia racial". A conquista dos negros, contudo, não é fruto de políticas de governos, mas "do próprio esforço da raça", observou.

O senador sustentou que a reportagem é "um marco histórico para reflexão".

Preconceito no Brasil é grande, diz Eurípedes

Comentando artigo publicado na revista *Época*, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) elogiou ontem a reportagem



Para Eurípedes, maior peso está na questão racial

sobre a ascensão do negro no Brasil, mas discordou do diagnóstico do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) de que o âmago do preconceito está na questão social.

– Coloco um peso maior na questão racial do que na social – disse Eurípedes, lembrando que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravatura e que ela se deu muito mais por motivos econômicos, porque o país precisava formar um mercado de consumo cedendo às pressões da Inglaterra.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou a política de cotas direcionadas apenas para os negros.

Raupp propõe que país invista mais em educação

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que o ano de 2003 foi praticamente perdido em relação à promessa governamental de gerar empregos. "Vamos torcer e pedir a Deus e à capacidade dos nossos governantes que realmente, a partir do ano que vem, o Brasil possa iniciar o crescimento sustentado para gerar emprego e renda para a população carente do nosso país", disse ele.

Argumentando que é impossível ampliar o mercado de trabalho se não houver crescimento

econômico, Raupp lastimou que o Brasil tenha reduzido as verbas destinadas ao ensino. "Neste ano a aplicação deixou muito a desejar. E eu só vejo solução associando ambas as coisas – a melhoria na qualidade educacional do nosso país com desenvolvimento econômico sustentado", observou.

Raupp acredita que, em 2004, o PIB possa crescer 3,5%, chegando, em 2005, a 4% ou 4,5%, e, em 2006, a 5% ou 6%.

– Nem por isso devemos esperar o crescimento para melhorar a qualidade do ensino no país. É neces-

sário que ocorram as duas coisas e rapidamente – sustentou.

Na opinião de Raupp, o Brasil não espera mais. Ele leu matéria intitulada "Curso superior vale o dobro do nível médio", publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o indicador que mede o aumento da remuneração de um trabalhador de acordo com seus anos de estudo tem mostrado avanços para quem tem diploma universitário.

O senador disse que, desde que foi governador, defendeu maior capacitação do jovem visando à inclusão no mercado de trabalho. Em



AÇÃO CONJUNTA Não se pode esperar crescimento para melhorar educação, diz Raupp

aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou concordar com as preocupações de Raupp.

Antecipar maioria não é a solução, afirma Patrícia

Senadora cobra cumprimento integral dos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Fotos: Célio Azevedo



CAUTELA Patrícia alerta que mudanças na lei não podem ser feitas sob o calor da emoção

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestou ontem, em Plenário, sua posição contrária à antecipação da maioria penal dos atuais 18 anos para 16, ou menos. Ela argumenta que não se podem adotar medidas institucionais de forma precipitada, sob o calor da emoção de um ou outro incidente traumatizante.

Para ela, a antecipação da maioria penal não irá resolver os problemas dos menores

infratores, nem dos crimes por eles cometidos. Como ponto inicial para qualquer ação, observou, é preciso colocar em vigor, de maneira ampla, o Esta-

tuto da Criança e do Adolescente, que, segundo a senadora, não é cumprido por muitos governadores.

Patrícia lembrou não ser possível equiparar uma criança que roubou uma carteira com aquela que cometeu crime grave. Ela assinalou que as instituições para menores infratores não podem tratar esses dois casos de maneira igual, embora ambos mereçam providências para a recuperação dos jovens.

A senadora afirmou que o atendimento a crianças e adolescentes começa nas escolas, em consonância com as famílias, em ações que conduzam os menores na direção correta, por meio de atividades extracurriculares como esporte, música e dança, entre outras.



EDUCAÇÃO Segundo Heloísa, é preciso discutir mecanismos de recuperação de infratores

Heloísa: estatuto já prevê punição para menor

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem sua opinião contrária à redução da maioria penal. Ela lembrou que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o menor que comete crime hediondo é privado de liberdade até os 21 anos em centros de recuperação. "O problema é que os centros não recuperam", afirmou.

Para Heloísa, em vez de defender a antecipação da maioria, é preciso discutir mecanismos de recuperação a serem adotados. A senadora disse que muitos dos "filhos das classes privilegiadas" cometem crimes sem temor de punições, porque contam com bons advogados para os defender. Por outro lado, assinalou, antecipar a maioria não leva medo aos "filhos da pobreza", pois estes já vivem em situação de risco.

Heloísa registrou que não está comparecendo às sessões extraordinárias para ajudar a tramitação da emenda paralela à reforma da Previdência. "Cumpro minha obrigação parlamentar e sou solidária aos servidores da Casa, que estão aqui trabalhando", afirmou.

Renan defende projeto sobre Mata Atlântica

Em discurso ontem no Plenário, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou esperar que o Senado vote, antes do recesso, projeto de lei que regulamenta o uso e a proteção da Mata Atlântica. A proposta acaba de ser aprovada na Câmara, onde levou 11 anos tramitando, e enfrentou, segundo o senador, a oposição de setores conservadores.

Renan disse que a aprovação da matéria na Câmara é reflexo da vontade política do governo Lula. O senador lembrou que a Mata Atlântica tem grande biodiversidade, existindo inclusive 8 mil espécies



URGÊNCIA Renan espera que projeto seja votado no Senado antes do recesso parlamentar

de plantas encontradas somente ali. Ele destacou ainda que apenas a consciência social da importância da mata garantirá seu futuro.

– Fiscalizar uma região tão grande é muito difícil – afirmou Renan, lembrando que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos que cuidam de questões ambientais não estão aparelhados para tarefa tão complexa.

O senador defendeu ainda a volta da atuação da Petrobras no setor petroquímico. "A petroquímica nacional precisa de investimentos. A Petrobras tem que voltar a atuar no setor", sustentou Renan, ressaltando não estar propondo a estatização.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Heráclito Fortes e Eurípedes Camargo